



Número: **0801142-64.2018.8.15.0201**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Ingá**

Última distribuição : **28/12/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA (AUTOR)		IEDO DA SILVA MOREIRA JUNIOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
18509560	28/12/2018 10:28	Petição Inicial	Petição Inicial
18509570	28/12/2018 10:28	Petição DPVAT invalidez - SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA - Itatuba PB	Outros Documentos
18509584	28/12/2018 10:28	PROCURAÇÃO ALCIDES - DPVAT	Procuração
18509589	28/12/2018 10:28	DOCUMENTOS PESSOAIS - COMPROVANTE RESIDÊNCIA	Documento de Identificação
18509602	28/12/2018 10:28	DOCUMENTOS OCORRÊNCIA POLICIAL	Documento de Comprovação
18509607	28/12/2018 10:28	PROTOCOLO SINISTRO DPVAT	Documento de Comprovação
18509611	28/12/2018 10:28	DOCUMENTOS MOTO E OUTRAS DESPESAS	Documento de Comprovação
18509621	28/12/2018 10:28	DOCUMENTOS DO ÔNIBUS ESCOLAR DA PMCG E CONDUTOR	Documento de Comprovação
18509643	28/12/2018 10:28	LAUDO ACIDENTE	Documento de Comprovação
18509653	28/12/2018 10:28	DECLARAÇÃO ATENDIMENTO DO SAMU	Documento de Comprovação
18509655	28/12/2018 10:28	PROVAS MÉDICAS	Documento de Comprovação
20014061	24/03/2019 14:56	Sentença	Sentença
22408281	03/07/2019 07:48	Expediente	Expediente
23036081	26/07/2019 19:28	RECURSO DE APELAÇÃO - SEGURO DPVAT	Apelação
23036088	26/07/2019 19:28	Apelação - Seguro DPVAT - ALCIDES X SEGURADORA LIDER	Apelação
23036157	26/07/2019 19:28	APOSENTADORIA INVALIDEZ - ALCIDES	Documento de Comprovação
26763688	05/12/2019 10:09	Decisão	Decisão
29168950	17/03/2020 07:36	Expediente	Expediente

PETIÇÃO INICIAL EM DOCUMENTO PDF ANEXO



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE INGÁ – PB**

SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA, brasileiro, solteiro, eletricista, portador da carteira de identidade nº 2042015 SSP/PB, e inscrito no CPF sob o n.º 030.685.964-59, residente e domiciliado na Rua Eustáquio Valente, 31, Centro, município de Itatuba PB, por seu Advogado, infra-assinado (Procuração anexa), vem, mui respeitosamente, perante V. Excelência para interpor

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A., CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205, pelos motivos a seguir expostos:

JUSTIÇA GRATUITA

Primeiramente cumpre ressaltar que o autor preenche o exposto no art. 4º da Lei n.º 1.060, de 5 de Fevereiro de 1950 e art. 1º da Lei n.º 7.115, de 29 de Agosto de 1993, já que não pode pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. Portanto, requer que Vossa Excelência outorgue o pedido de JUSTIÇA GRATUITA nos termos da Lei nº 1.060/50.

DOS FATOS

Conforme documentação de Ocorrência Policial, na data de 29 de Setembro de 2014, por volta das 11:30, o autor trafegava na Rodovia PB 100, no sentido



Distrito de Galante/Rodovia BR 230, conduzindo uma MOTO HONDA/NXR 125 BROS ES, de placa MMV-7617PB, quando nas proximidades do Sítio Tatú, área rural deste município, foi surpreendido por um Ônibus que faz o transporte de estudante, de placa OGD-7564PB, com o logotipo da Prefeitura Municipal de Campina Grande. O Ônibus trafegava em sentido contrário e desviou para a outra faixa, tentando desviar de um buraco, colidindo frontalmente com o veículo no qual trafegava o autor. Em decorrência da colisão feriu-se gravemente.

O Autor foi socorrido por conhecidos pelo SAMU e transferido para o Hospital de Trauma de Campina Grande PB, em virtude dos ferimentos graves.

O acidente automobilístico produziu graves ferimentos no autor, tendo sofrido de TRAUMATISMO INTRACRANIANO (CID 10 S06), FRATURA DA DIÁFISE DO FÊMUR (CID 10 S72.3), FRATURA DA PATELA (CID 10 S82.0), SEQUELAS DE FRATURAS DO CRÂNIO E OSSOS DA FACE (CID 10 T90.2) e DEMÊNCIA NÃO ESPECIFICADA (CID 10 F03), produzindo sequelas irreversíveis, comprometendo a mobilidade e a vida do promovente.

Ainda Tramita nesta Vara, processo anterior (nº 0800605-68.2018.8.15.0201) com as mesmas partes, fatos e pedido. No entanto, não se pode considerar a litispendência nesse caso, tendo em vista que o citado processo já fora sentenciado com Extinção do Processo sem Julgamento de Mérito. O autor não pode ficar aguardando o arquivamento do processo, por tal razão protocola a presente ação mesmo com o processo anterior em trâmite.

DO DIREITO

DO PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

A Lei nº 6.194/74 que institui o Seguro Obrigatório DPVAT, alterada pelas Leis nº 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, para que se possa pleitear o seguro.

De toda forma, foi aberto, em Setembro/2016, procedimento Administrativo junto à Seguradora Líder, com o Número do SINISTRO – Nº 3170059366.



Ocorre que os dispositivos legais que tratam do DPVAT devem seguir os princípios Constitucionais, tais como da Legalidade e da Inafastabilidade da Prestação Jurisdicional.

A jurisprudência do Tribunal de Justiça da Paraíba, considerando tal fato, concluiu pela inafastabilidade do acesso ao Judiciário ainda que não tenha sido realizado pedido na esfera administrativa. Vejamos:

AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA EM APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REJEIÇÃO. PRESCRIÇÃO. DESACOLHIMENTO. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DEBILIDADE PERMANENTE. COMPROVAÇÃO. APLICAÇÃO DA NORMA VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO. LEI Nº 11.482/07. PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DA TABELA ANEXA À LEI Nº 11. 945/2009. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO. INDENIZAÇÃO COMPENSATÓRIA DAS DESPESAS MÉDICAS REALIZADAS. DEMONSTRAÇÃO DO LIAME CAUSAL ENTRE OS GASTOS E O DESASTRE. VALORES FIXADOS COM BASE EM RECIBOS NOS AUTOS. MANUTENÇÃO DO RESSARCIMENTO. DECISUM EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA PÁTRIA. APLICAÇÃO DO ART. 557, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. IRRESIGNAÇÃO QUANTO AOS JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA. PLEITOS NÃO REALIZADOS NAS RAZÕES DO APELO. INOVAÇÃO RECURSAL. NÃO CONHECIMENTO. MANUTENÇÃO DO DECISÓRIO SINGULAR. DESPROVIMENTO DA IRRESIGNAÇÃO. **A ausência de comunicação à seguradora, pela via administrativa, não afasta o direito da parte de recorrer ao Judiciário para o recebimento da indenização relativa ao seguro DPVAT. No Brasil, em regra, não vigora o chamado contencioso administrativo, pelo qual tem-se que exaurir primeiramente a via administrativa para se ingressar no âmbito judicial. Ao contrário, é adotado em nosso país o sistema de jurisdição única. Assim, nada impede que se procure diretamente a via judicial. Ademais, a Constituição Federal assegura tal direito, ao prever, em seu artigo 5º, inciso XXXV, que nenhuma lesão ou ameaça a direito será excluída do Poder Judiciário. (...)**

(TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 20020110067473001, 1ª Câmara cível, Relator Des José Ricardo Porto, j. em 19-09-2012) **GRIFO NOSSO**

Diante do exposto, fica claro que o ajuizamento da presente Ação de Cobrança do Seguro DPVAT se encontra devidamente precedida de pedido Administrativo, cabendo, portanto, apreciação na esfera judicial.



DO SEGURO DPVAT E DAS INDENIZAÇÕES

Com o advento da Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores, foi estabelecido o pagamento de indenização para vítimas de acidentes de trânsito. No caso, na hipótese de invalidez, a vítima do acidente recebe pessoalmente a indenização, conforme estabelecido pelo Artigo 4, §3º da citada lei.

Configura-se, a partir deste dispositivo legal, a legitimidade ativa *ad causam* da vítima, permitindo acionar a justiça para receber a indenização pelos danos pessoais em virtude da invalidez.

Conforme previsto pela Lei nº 6.194/74, as indenizações são pagas de acordo com o dano sofrido no acidente automobilístico, compreendendo desde os casos de morte, passando pelos casos de invalidez, chegando até as despesas que a vítima teve com assistência médica em virtude do fato. Vejamos o que diz o dispositivo legal:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima da: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

No caso dos autos, em virtude do fato ocorrido com a parte autora, a indenização pode chegar a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) pela invalidez decorrente dos diversos traumas em virtude do acidente. O dispositivo legal acima ampara o direito do requerente, cabendo ser indenizado pelo seguro.



Os documentos em anexo apontam o nexo causal, provando o acidente de trânsito e os danos em decorrência do mesmo. Segundo o Artigo 5º da Lei nº 6.194/74 dispõe que o pagamento da indenização poderá ser efetuado mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. Não se analisa se houve culpabilidade quanto ao fato.

Por fim, com a comprovação do acidente e os danos em decorrência do mesmo, ainda que a invalidez seja considerada parcial, o requerente tem direito a ser indenizado de maneira proporcional, conforme entendimento jurisprudencial. É o que estabelece a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça:

Súmula 474 - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. (Súmula 474, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/06/2012, DJe 19/06/2012)

Portanto, é de vital importância a realização de perícia médica, que deverá ser designada para que se possa chegar a uma conclusão sobre o direito do Requerente de ser indenizado em virtude do acidente e pela invalidez que será constatada.

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer à V. Excelência o seguinte:

1. A CITAÇÃO da empresa promovida, por meio de AR, na pessoa de seu representante legal, no endereço do preâmbulo, para, querendo, comparecer à audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento a ser designada por Vossa Excelência, bem como contestar a presente, sob pena de revelia e confissão de todos os fatos que lhe foram imputados, na forma da lei;
2. Deferimento ao autor da produção de toda e qualquer prova em direito permitida, especialmente **a realização de Exame Médico Pericial, que será importante para averiguação da extensão da debilidade e incapacidade, às expensas do Estado, tendo em vista a demonstrada hipossuficiência do Requerente**, o depoimento da parte promotora e a oitiva de testemunhas;
3. A procedência da presente demanda, condenando a parte Ré a pagar à parte autora, a importância determinada pela lei nº 11.482/07, de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos Reais), referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT em virtude de acidente



automobilístico, com a devida correção monetária e acrescida de juros legais;

4. No caso de Vossa Excelência não chegar à conclusão de condenar a parte promovida ao pagamento integral do seguro, requer a procedência parcial, com a condenação da Ré ao pagamento do seguro em valor a ser arbitrado por Vossa Excelência, proporcionalmente ao grau de debilidade de todas sequelas dos membros ou funções vitimadas, acrescido de atualização monetária e juros de mora, conforme a Lei;
5. Condenação da Ré no pagamento de Honorários advocatícios, conforme a Lei;
6. Por fim, requer que Vossa Excelência outorgue o pedido de JUSTIÇA GRATUITA nos termos da Lei nº 1.060/50, já que a parte preenche o exposto no art. 4º da citada lei e não pode pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família.

Pretende provar por todos os meios permitido, inclusive prova documental, com o fito de demonstrar o nexo causal entre o acidente e a invalidez do Autor, as quais seguem em Anexo: DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO, BOLETIM DE OCORRÊNCIA DO ACIDENTE, 1º ATENDIMENTO MÉDICO, REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO, LAUDO DO IML EM QUE SE CONFIRMA A INCAPACIDADE PERMANENTE;

Na ocasião da PERÍCIA MÉDICA, às expensas do Estado, tendo em vista a demonstrada hipossuficiência do Requerente, requer que o expert responda aos seguintes quesitos: a) Qual o tipo de lesão apresentada pelo periciado? b) Se existe nexo causal entre o sinistro e a lesão causada no Autor? c) Esclarecer se do acidente restou debilidade permanente de membro, sentido ou função? d) Esclarecer se a debilidade é de caráter temporário e definitivo e qual o grau da lesão em porcentagem (de 0% a 100%).

Dá-se a Causa o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos Reais) para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Campina Grande – PB, 19 de dezembro de 2018.



Iêdo da Silva Moreira Júnior
Advogado OAB/PB nº 14683



PROCURAÇÃO “AD-JUDICIA ET EXTRA”

SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA, brasileiro, solteiro, eletricitista, portador da carteira de identidade nº 2042015 SSP/PB, e inscrito no CPF sob o n.º 030.685.964-59, residente e domiciliado na Rua Eustáquio Valente, 31, Centro, município de Itatuba PB,

abaixo assinado, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador, o Bel. **IÊDO DA SILVA MOREIRA JÚNIOR**, brasileiro, solteiro, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraíba sob o nº. 14.683, e da Bela. **INGRID VIANA MOTA**, brasileira, solteira, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraíba sob o nº. 21.260, com escritório na Rua Vice Prefeito Antônio Carvalho de Sousa, 400, sl 401, Centro Jurídico Rafael Mayer, Estação Velha – Campina Grande (PB), onde recebe intimações, conferindo-lhe todos os poderes da cláusula “ad-judicia et extra” para representá-lo(a) no foro em geral de qualquer instância ou tribunal, em conjunto ou separadamente, defender interesses nas ações que propuser ou contra si forem propostas ou já em andamento, além de contestar, requerer, confessar, transigir, receber importâncias e valores, receber e dar quitação, firmar compromisso e praticar todos os demais atos em direito permitidos, por mais especiais que sejam, inclusive SUBSTABELECER, com ou sem reservas de poderes. Tudo para o fiel cumprimento dos Poderes outorgados neste instrumento.

Campina Grande - PB, 16 de Julho de 2017.


OUTORGANTE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO	
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO	
NOME SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA	
DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR (UF) 2042015 SSP PB	
CPF 030.685.964-59	
DATA NASCIMENTO 15/02/1974	
FILIAÇÃO ANTONIO VENANCIO DA SILVA CICERA DE LUNA DA SILVA	
PERMISSÃO ACC CATANA AB	
Nº REGISTRO 05080489588	
VALIDADE 10/09/2015	
Nº HABILITAÇÃO 19/11/2010	
OBSERVAÇÕES EXERCE ATIV REMUNERADA:	
ASSINATURA DO PLACADOR <i>Rodrig Carvalha</i>	
LOCAL CAMPINA GRANDE, PB	
DATA EMISSÃO 17/07/2013	
ASSINATURA DO EMISSOR <i>Rodrig Carvalha</i>	
47246643145 PB026731258	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO	

VÁLIDA EM TODAS
O TERRITÓRIO NACIONAL

750422889

PROIBIDO PLACIFICAR

750422889





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **030.685.964-59**

Nome: **SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA**

Data de Nascimento: **15/02/1974**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **08/03/1997**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **10:40:09** do dia **03/06/2017** (hora e data de Brasília).
Código de controle do comprovante: **67D9.66FE.077A.FCA4**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

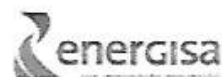


DOCUMENTO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda via de conta.

Bolão para simples pagamento da nota fiscalizada de energia elétrica: Nº 000.963.576



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Rr 728, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-630
CNPJ 06.695.183 / 0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE

CICERA DE LUNA DA SILVA
RUA EUSTAQUIO VALENTE 31
ITATUBA

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

5/340324-3

REFERÊNCIA	APRESENTAÇÃO	CONSUMO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
ABR/2017	20/04/2017	134	28/04/2017	R\$ 91,64

Acesse: www.energisa.com.br



DESTAQUE AQUI

CICERA DE LUNA DA SILVA

Roteiro: 13-070-015-6120

83650000000-2 91640054000-8 03403242017-5 04700700019-4

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	MATRÍCULA
28/04/2017	R\$ 91,64	340324-2017-04-7





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
2ª Delegacia Regional de Polícia Civil
Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos
Rua Raimundo Nonato de Araújo, S/n, Bairro do Catolé - C. Grande/PB



TERMO DE DECLARAÇÕES

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, nesta Cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, na Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos, presente a Autoridade Policial, DEL. POL. **MARIA MADILEINE DE OLIVEIRA LIMA**, comigo, Escrivão do seu cargo, ao final assinado, aí, às 10:00 horas compareceu o(a) Sr(a) **ASSIS AGRIZÔNIO LUNA DA SILVA**, Brasileiro, natural de Itatuba/PB, casado, com 39 anos de idade, nascido aos 25.10.1975, micro empreendedor, com ensino médio completo, filho de Antônio Venâncio da Silva Cícera da Luna da Silva, portador da Cédula de Identidade/RG 2.041.560 – SSP/PB, residente à Rua Eustáquio Valente, nº 131, Bairro Centro, Itatuba/PB, fone: 8750.8376 ou 8855.4733. Perguntado (a) sobre os fatos de que trata o presente Inquérito, **DECLAROU**: Que, por volta das 11h30min do dia 29.09.2014, o seu irmão SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA, de 40 anos de idade, estava trafegando pela Rodovia PB 100, no sentido Distrito de Galante/Rodovia BR 230, conduzindo a motocicleta HONDA/NXR 125 BROS ES, de placa MMV-7617PB, quando nas proximidades do Sítio Tatú, área rural deste município, foi surpreendido por um veículo tipo ônibus que faz o transporte de estudante, de placas OGD-7564PB, com o logotipo da Prefeitura Municipal de Campina/PB e conduzindo na ocasião por JEOVÁ ARAÚJO CABRAL, o qual trafegava em sentido contrário e desviou para a outra faixa da pista, na tentativa de desviar de um buraco e colidiu frontalmente com a motocicleta que era conduzida pela vítima, que ainda tentou desviar do ônibus, desviando bruscamente para o lado esquerdo da pista, sendo inevitável a colisão, resultando em ferimentos graves no motociclista, que foi socorrida pelo SAMU e encaminhado para o hospital Regional de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes, nesta cidade, onde foi submetido a cirurgias, permanecendo cerca de trinta e oito dias internado, sendo transferido para o hospital Antônio Targino, onde foi submetido a nova cirurgia de fêmur e foi liberado dois dias depois, encontrando-se convalescendo em sua residência, ainda sem condições de prestar declarações; Que, no momento do acidente não estava chovendo e a visibilidade era boa, não encontrando-se a vítima sob a influência de bebida alcoólica; Que, a vítima



é habilitada categoria "AB" e nunca tinha se envolvido em acidente de trânsito anteriormente; Que, os Peritos do IPC estiveram no local do acidente e se encarregaram dos levantamentos técnicos, chegando a conclusão de que quem na verdade deu causa ao acidente foi o condutor do ônibus; Que, o declarante não conhece o condutor do ônibus que deu causa ao acidente, razão pela qual não sabe informar se o mesmo já tinha se envolvido em fato semelhante, acreditando que o mesmo é habilitado para conduzir veículo de passageiro. E, nada mais disse e nem lhe foi perguntado, lido e achado conforme vai por todos devidamente assinado, e por mim, Escrivão de Polícia Civil que o digitei.

Delegada: _____

Declarante: _____

Escrivão: _____





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
2ª Delegacia Regional de Polícia Civil
Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos
Rua Raimundo Nonato, S/n – Catolé – C. Grande/PB, fone: 3310.9319



REQUISIÇÃO DE EXAME n.º 067/2015

EXAME REQUISITADO: DE OFENSA FÍSICA

DELEGADA REQUISITANTE: Ellen Maria Ferreira de Sousa Lima

LOCAL: CAMPINA GRANDE-PB. EM: 10.02.2015.

SENHOR DIRETOR:

Requisitamos de Vossa Senhoria, as providências, para que no prazo legal (Art. 160 Parágrafo Único, do Código de Processo Penal, alterado pela Lei n.º 8.862/94), seja procedido o EXAME OFENSA FÍSICA no (a) PESSOA de informações a seguir e que o LAUDO seja remetido para a DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ACIDENTES DE VEÍCULOS DE CAMPINA GRANDE/PB.

NOME: SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA, Brasileiro, natural de Itatuba/PB, casado, com 40 anos de idade, nascido aos 15.02.1974, eletricitista, com ensino médio completo, filho de Antônio Venâncio da Silva Cicera da Luna da Silva, portador da Cédula de Identidade/RG 2042015 – SSP/PB, residente à Rua Eustáquio Valente, nº 131, Bairro Centro, Itatuba/PB.

DATA, HORA E LOCAL DO FATO: 29.09.2014, por volta das 11h30min, na Rodovia PB 100, que liga o Distrito de Galante a Rodovia BR 230, Campina Grande/PB.

HISTÓRICO: Vítima de acidente de trânsito (colisão), no dia, hora e local já descritos, sendo encaminhado para um dos hospitais da cidade.

Ellen Maria Ferreira de Sousa Lima
Delegada de Polícia Civil

Ilmo. Sr.

MARCIO LEANDRO DA SILVA

MD. Diretor do Núcleo de Medicina e Odontologia Legal
Campina Grande/PB





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
2ª Delegacia Regional de Polícia Civil
DELEGACIA ESPECIALIZADA DE ACIDENTE DE VEÍCULOS
CAMPINA GRANDE/PB



AUTO DE ENTREGA

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, por volta das 10:50 horas, nesta cidade de Campina Grande/PB, e na Delegacia Especializada de Acidentes de Veículos, presente o Delegado de Polícia Civil **JOSEFA ALVES DE ASSIS**, comigo escrivão do seu cargo ao final assinado, compareceu o (a) Senhor (a) **JOSÉ MISAEL FERREIRA**, Brasileiro, natural de Itatuba/PB, casado, com 57 anos de idade, nascido aos 07.12.1956, pedreiro, com ensino fundamental incompleto, filho de Julia José Ferreira, portador da Cédula de Identidade/RG 529.348 – SSP/SP, residente à Rua Sítio Mulungú, área rural de Itatuba/PB, fone: não informado, a quem foi entregue os seguintes objetos: **UMA MOTOCICLETA HONDA/NXR 125 BROS ES, ano/modelo 2003/2003, cor azul, chassi 9C2JD20203R018653, de placa MMV-7617/PB, licenciada em nome do recebedor, cujo veículo envolveu-se em acidente de trânsito no dia 29.09.2014, na Rodovia PB 100, neste município. Nada mais havendo a constar, mandou o Senhor Delegado encerrar o presente auto que vai por todos assinado.**

DELEGADA: *Josefa Alves de Assis*

RECEBEDOR: *Jose Misael Ferreira*

TESTEMUNHA: *Paulo Antonio da Silva*

TESTEMUNHA: *[Assinatura]*

ESCRIVÃO: *[Assinatura]*



Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

ACESSIBILIDADE



A A A

(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-

como PEDIR INDENIZAÇÃO

Teclado.aspx)

Documentos Despesas Médicas

(/Pages/Documentacao-
Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez

Permanente

(/Pages/Documentacao-
Invalidez-Permanente.aspx)

Documento Morte

(/Pages/Documentacao-
Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis

(/Pages/Dicas-Indispensaveis-
Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3170059366 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE
INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS
BENEFICIÁRIO SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA
CPF/CNPJ: 03068596459

Posição em 04-12-2017 17:22:55

Pedido de indenização cancelado.

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Pague-
Seguro.aspx)

Consulta a Pagamentos
Efetuados (/Pages/Consulta-a-
Pagamentos-Efetutados.aspx)

Informações Gerais
(/Pages/Informacoes-Gerais-
Sobre-o-Pagamento.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o
andamento do seu pedido de
indenização.

(/Pages/Acompanhe-o-Processo-
de-Indenizacao.aspx)

ASSINE NOSSA NEWSLETTER

Nome



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 011642639596
CERTIFICADO DE REGISTRO E IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULO
VIA 1 0080837666-7 00/00000000 2014

JOSE MISAEL FERREIRA

60322411734

MMV7617/PB

NOVO PB 9C2JD20203R018653

PAS/MOTOCICLE/NAO APPLIC

GASOLINA

HONDA/NXR125 BROS ES

ANO FAB. 2003 ANO MOD. 2003

CAP. POT. OIL 2 P/124 /CI

CATEGORIA PARTIC

COR PREDOMINANTE AZUL

1 IPVA PAGO EM 31/07/2014 1°

V FAIXA PVA PARCELAMENTO / COTAS 2°

A ***** 0 3°

PREMIO TABELARIO (R\$) - (R\$) - PREMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO
***** SEGURO OBRIGATORIO 31/07/2014

REST. BEN. TRIBUTARIO
DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATORIO
NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA

ITATUBA-PB

31/07/2014

6297

13714

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA - A PESSOAS
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PB Nº 011642639596 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2014 DATA EMISSÃO 31/07/2014

1 60322411734

MMV7617/PB

RENAVAM 00808376667 HONDA/NXR125 BROS ES

ANO FAB. 2003 9 9C2JD20203R018653

PRÊMIO TARIFÁRIO

***** (R\$) ***** (R\$) ***** (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$) SEGURO P A G O

S PAGAMENTO 31/07/2014

QUOTIDIANA PARCELADO

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 00.249.608/0001-04
www.seguradoralider.com.br

13714-1617359-20140731



RECIBO MÉDICO

VALOR- R\$ 350,00

RECEBI DE: SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA		
CPF OU CNPJ: 030.685.964-59		
END: RUA: EUSTAQUIO VALENTE, 31- CENTRO- ITATUBA		
A IMPORTÂNCIA: TREZENTOS E CINQUENTA REAIS		
REFERENTE A: Consulta Médica .		
RECEBIMENTO ATRAVÉS DE CHEQUE		
CHEQUE N°:	BANCO:	AGÊNCIA:
EMITENTE: Daniel Pereira Dean Ramos		
END: Rua: Otaviano Bezerra da Cunha nº81 Prata. Campina Grande-PB		
CPF: 940.721.835-04		

Campina Grande, 17/05/2016
Daniel Pereira Dean Ramos

pe
Daniel Pereira Dean Ramos
NEUROCIRURGIÃO
CRM 6602



13/05/2016

Prefeitura de Campina Grande - NFS-e



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE FINANÇAS
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Código de Verificação
E9FB.9109.01AB.C6A2.3FC2.0142.55EE.C1DC
 Competência: 05/2016

Número da Nota

42268

Data de Emissão

13/MAI/2016**08:54:54****PRESTADOR DE SERVIÇOS**Razão Social / Nome: **CERW CENTRO RADIOLOGICO RICARDO WANDERLEY LTDA**CNPJ / CPF: **09.356.163/0001-86**Inscrição Municipal: **18684**Endereço: **RUA DUQUE CAXIAS 512**

Inscrição Estadual:

Bairro: **PRATA**CEP: **58108-640**Complemento: **Não Informado**Município: **CAMPINA GRANDE**UF: **PB**País: **Brasil****TOMADOR DE SERVIÇOS**Razão Social / Nome: **SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA**CNPJ / CPF: **030.685.964-59**

Inscrição Estadual:

Endereço: **RUA EUSTAQUIO VALENTE 21**CEP: **00058-378**Bairro: **CENTRO**Complemento: **Não Informado**Município: **ITATUBA**UF: **PB**País: **BRASIL****DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

TC CRANIO

VISA
N**VALOR TOTAL DA NOTA = R\$400,00**

Código do Serviço	86402004 SERVICOS DE TOMOGRAFIA				
INSS (R\$) - %	0,00	IRRF (R\$) - %	0,00	CSLL (R\$) - %	0,00
PIS (R\$) - %	0,00	COFINS (R\$) - %	0,00		
Base de Cálculo do ISS(R\$)	400,00	Aliquota(%)	*****	Valor do ISS(R\$)	*****

OUTRAS INFORMAÇÕES

Empresa enquadrada como sociedade uniprofissional, recolhendo o ISS fixo / anual.
 O imposto desta NFS-e NÃO deve ser retido pelo Tomador.

Para verificar a veracidade da Nota Fiscal entre no site da prefeitura e clique no link NFS-e.

A autenticidade desta Nota Fiscal de Serviços Eletrônica poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Campina Grande na Internet, no Endereço:

<http://www.campinagrande.pb.gov.br> e clique no link **NFS-e**

Código de Verificação:

E9FB.9109.01AB.C6A2.3FC2.0142.55EE.C1DC

RECEBEMOS DA EMPRESA **CERW CENTRO RADIOLOGICO RICARDO WANDERLEY LTDA** OS
 SERVIÇOS CONSTANTES DESTA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Número da Nota:
42268

Data

Assinatura



Assinado eletronicamente por: IEDO DA SILVA MOREIRA JUNIOR - 28/12/2018 10:27:21

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18122810235813400000018011879>

Número do documento: 18122810235813400000018011879



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE
SECRETARIA DE FINANÇAS
NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA
 Código de Verificação
8E49.4F78.DEA9.7744.41A9.5C90.06B1.DEA5
 Competência: 09/2015

Número da Nota

46200

Data de Emissão

29/SET/2015**09:21:22****PRESTADOR DE SERVIÇOS**Razão Social / Nome: **CLÍNICA RADIOLÓGICA DR. WANDERLEY LTDA**CNPJ / CPF: **08.716.557/0001-35**Endereço: **RUA CAPITAO JOAO ALVES DE LIRA 742**Bairro: **PRATA**Município: **CAMPINA GRANDE**Inscrição Municipal: **18650**CEP: **58100-000**Complemento: **Não Informado**UF: **PB**

Inscrição Estadual:

País: **Brasil****TOMADOR DE SERVIÇOS**Razão Social / Nome: **SEVERINO ALCIDES LIMA DA SILVA**CNPJ / CPF: **030.685.964-59**Endereço: **RUA EUSTAQUIO VALENTE 21**Bairro: **CENTRO**Município: **ITATUBA**

Inscrição Estadual:

CEP: **58378-000**Complemento: **Não Informado**UF: **PB**País: **BRASIL****DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS****RX DA ARTICULAÇÃO COXOFEMURAL DIREITO****DINHEIRO****JA****VALOR TOTAL DA NOTA = R\$72,00**Código do Serviço **86402005 SERVICOS DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM COM USO DE**

INSS (R\$) - %	IRRF (R\$) - %	CSLL (R\$) - %	PIS (R\$) - %	COFINS (R\$) - %
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Base de Cálculo do ISS(R\$)	Alíquota(%)	Valor do ISS(R\$)
72,00	*****	*****

OUTRAS INFORMAÇÕES

Empresa enquadrada como sociedade uniprofissional, recolhendo o ISS fixo / anual.

O imposto desta NFS-e NÃO deve ser retido pelo Tomador.

Para verificar a veracidade da Nota Fiscal entre no site da prefeitura e clique no link NFS-e.

A autenticidade desta Nota Fiscal de Serviços Eletrônica poderá ser confirmada na página da Prefeitura de Campina Grande na Internet, no Endereço:

<http://www.campinagrande.pb.gov.br> e clique no link **NFS-e**

Código de Verificação:

8E49.4F78.DEA9.7744.41A9.5C90.06B1.DEA5RECEBEMOS DA EMPRESA CLÍNICA RADIOLÓGICA DR. WANDERLEY LTDA OS SERVIÇOS
CONSTANTES DESTA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Número da Nota:

46200

Local

Data

Assinatura

grande.giap.com.br/apex/cgrandef?p=355:32:15820793894111::NO::P32_ID:2341861&cs=3E752157967D8B78856205DE5ABA71096

1/2



Assinado eletronicamente por: IEDO DA SILVA MOREIRA JUNIOR - 28/12/2018 10:27:21

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18122810235813400000018011879>

Número do documento: 18122810235813400000018011879

CUPOM FISCAL			
ITEM	CODIGO DESCRICAO QTD UN	VL UNIT (R\$)	ST VL ITEM (R\$)
001	789000581502	FROHA 200 FIOS BRANCA 50X70	
	1UN X 7,99	T17,00%	7,99%
002	601148	LENCOL CASAL C/ELASTICO 1,38X	
	1UN X 19,99	T17,00%	19,99%
003	7890006015497	LENCOL CASAL 3/ELASTICO 2,22X	
	1UN X 19,99	T17,00%	19,99%
TOTAL R\$			47,97
VISA			47,97
MDS: 38A7C34E73BBE672A9A488B1417138C			

Operador: 062037 AMANDA Ver
RABCEMOS A PREFERENCIA AG
90Y8B4SN DRYC8AGT M40YDZPG LP3B3SF 50H0CC4MPW
BEMATECH MP-2100 TH FI ECF-IF
VERSAO:01.01.01 ECF:001 LJ:0013
0000000000EROTVWQUT 08/11/2014 11:50:15
FAB:BC05 10756 10000083358

[illegible]

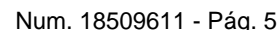
NÃO É DOCUMENTO FISCAL
COMPROVANTE CRÉDITO OU DÉBITO
CARTÃO VISA

COO do Documento vinculado: 441483
 Valor da compra R\$ 10,00
 Valor da pagamento: R\$ 30,00
 REDE
 VISA
 COMPRA: 7/10/2006 VALOR: 30,00
 ESTAB: 010168206 MTRD POS: 11
 14 11 14 15:25:06 IERN: P00187511401
 NUMERO PARCELAS: 02
 CARTAO: xxxxxxxxxx7009
 AUTORIZACAO: 046783
 ARQ: 15100543E084DF14
 TRM: 1100 AUTR: 700A M50 (OUT)

02/10/2014 10:38:21 CUPOM FISCAL
 ITEM CODIGO DESCRICAO QTD UN VL UNIT(R \$) S1 VL ITEM(R \$)
 0013 GASOLINA ORIGINAL C - Bico 05
 33,8 L X 2,959 F1 100,46
 TOTAL R \$ 100,46
 Cartão 100,04
 BU: 2 BL: 03 EI: 1791045, 79 EF: 1791030, 5
 PARCELA LEGAL - RECEITA CIDADÃ
 TROQUE FREIADO: 161314902 02102014 357267 1000
 4
 Tributo: aprox.: R\$ 28,62 (35,61%) fonte: IPI
 Vendedor: 443 - RODRIGO DARES DE SOUZA
 Ubrigado pela preferencia!
 Aplicativo: MD-5: 4022991B78771EB50126689EE702651
 B Aut.System - 3.2.4.19
 DANFONTE: P00BFFH CVDJEG AF565GII GEQ4G8FU02 M
 BEIMATEC MP-2000 TH FI ECF-IF
 VERSAO: 01.01.01 ECF: 004 LJ: 0001
 Q0000000PYIOPYOY 02/10/2014 10:38:21
 FAB: B050975610000039907

09/17/2014 CUFOM FISCAL

ITEM	CODIGO DESCRICAO DT	N VL UNIT (R\$)	ST VL ITEM R\$
001	78931717445720		TROCO CREME 30G
	LUN X 22,13	F1	22,13
			18,81
?	7896070800034 AMPLICTIL 25HG 20CP 3UNX5,38 F1		16,14
?	7896255711005 AKINETON 2HG 80CP 1UN F1		28,44
?	7896641805653 MEDSALDINA ENV 4 DRG 1UN F1		3,72
			67,11
			67,11
			PV00000011
			27
			Jal de ox Tributo R\$ 5,57 (8,004) Fonte:IBPT
			PARAIBA LEGAL - RECEI A CIORDA
			TORPEJO PREMIADO:
			150203034 14112014 156704 8711
			VOCE ECONOMIZOU R\$ 3,52
			Atencao: para FRICA COUZA VIEIRA
			DE HSD HAT 1503 LIMP FVO 9511 QNTO 141002ATB7J
			DE MATEM NF 4000 DE FL ECF-IF
			ALEXSAO:01 (m.02 ECF-04) 11:0003
			300000000709YUY 11/11/2014 12:14:13
			LAR-REG91310100011245066

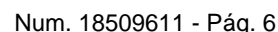


257

5

NÃO É DOCUMENTO FISCAL
COMPROVANTE CRÉDITO OU DÉBITO

(Silent)







GOVERNO
DA PARAÍBA

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
NÚCLEO DE CRIMINALÍSTICA DE CAMPINA GRANDE
Avenida Rio Branco, 613 – Bairro da Prata – Fone – 083 (xx) 341-1512



OFÍCIO Nº 2216/2014/NCCG-PB

Em: 06 de Novembro de 2014

Senhor Assis Agrizôzio Luna da Silva

ENCAMINHO A Vossa Senhoria, LAUDO DE ACIDENTE DE TRÁFEGO, Ocor. Nº. 0780/2014, LD. Nº 0760/2014, em atenção à solicitação contida no requerimento de Nº S/Nº2014, datado de 17 de Outubro de 2014, recebido(a) e protocolado(a) neste Núcleo de Criminalística no dia 06/10/2014, sob o Nº 1730/2014.

Atenciosamente,

Renê Cayulho de Brito
Perito Oficial Criminal
Chefe do NC/CG/PB

Ilustríssimo Senhor

ASSIS AGRIZÔNIO LUNA DA SILVA
RUA EUSTÁQUIO VALENTE, Nº 131, CENTRO DE ITATUBA-PB





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
NÚCLEO DE CRIMINALÍSTICA DE CAMPINA GRANDE
Avenida Rio Branco, 613 – Bairro da Prata – Fone – 083 (xx) 341-1512



OCORRÊNCIA Nº 0780/2014 - LAUDO Nº760/2014



LAUDO DE EXAME EM LOCAL DE ACIDENTE DE TRÁFEGO - COLISÃO

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e quatorze (29/09/2014) nesta cidade de Campina Grande e no NÚCLEO DE CRIMINALÍSTICA DO INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA DO ESTADO, de conformidade com a legislação e os dispositivos regulamentares vigentes, pelo Gestor Renê Carvalho de Brito foram designados a Perita, Dr^a Maria José de Queiroz Cantalice e o Técnico em Perícias o Sr. Bruno Leal Viana, para procederem a exame EM LOCAL DE ACIDENTE DE TRÁFEGO - COLISÃO, a fim de ser atendida a solicitação verbal via Rádio do PLANTÃO CENTRALIZADO/2^aDRPC/CG/PB, ratificada posteriormente através do Requerimento de Nº S/Nº/2014, datado de 17 de Outubro de 2014, assinado por Assis Agrizônio Luna da Silva, recebido e protocolado neste Núcleo de Criminalística no dia 06/11/2014, sob o Nº 1730/2014.

I – HISTÓRICO: Atendendo a solicitação supracitada por volta das 16h00 (dezesesseis horas), do dia 29/09/2014 (vinte e nove de dois mil e





quatorze), a equipe pericial de plantão neste Núcleo de Criminalística compareceu ao local adiante descrito, com objetivos de realizar Exames Técnicos Periciais em local de Acidente de Tráfego – colisão.

II - DOS EXAMES: Inicialmente foi procedido o levantamento fotográfico do local e dos veículos envolvidos no acidente de tráfego em tela, pelo Técnico em Perícias o Sr. Bruno Leal Viana, com a orientação dessa Perita Signatária e em seguida, ambos passaram a realizar os exames Técnicos Periciais, na sequência a saber:

A – DO LOCAL: Trata-se de local externo, zona rural, da PB –100, (Rodovia Estadual Nº 100), que liga a BR - 230 ao Distrito de Galante, Campina Grande – PB, mais precisamente do trecho situado na localidade denominada de Sítio Tatu, asfaltada por asfalto rodado em péssimo estado de conservação, apresentando sentido duplo de tráfego - (mão e contra mão), com uma faixa de rolamento cada sentido de tráfego (mão), **depressão e declive em ambos os sentidos de tráfego, ausência de sinalização horizontal e vertical**, medindo aproximadamente 09m (nove metros) de largura onde encontravam-se os veículos sinistrados e abaixo descritos, **vide fotos de nºs 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08.**

Encontravam-se presente no local o condutor do veículo Ônibus, o Sr. Jeová Araújo Cabral e os Policiais Militares CB Araújo, SG Adriano e SD F. Ferreira, ambos acompanharam todo o desenrolar dos trabalhos Técnicos Periciais.

III – DOS VEÍCULOS: In loco, conforme posições ilustradas no anexo fotográfico, encontravam-se 02 (duas) unidades de tráfego, com



OCORRÊNCIA Nº 0780/2014

LAUDO Nº 0760/2014

NATUREZA DA PERÍCIA: ACIDENTE DE TRÁFEGO
- COLISÃO, COM VÍTIMA

REQUISITANTE: SR. ASSIS AGRIZÔNIO LUNA DA
SILVA

RELATOR: DR^a. MARIA JOSÉ DE QUEIROZ CANTALICE
PERITA OFICIAL CRIMINAL





características, posicionamentos, pontos de impactos e avarias abaixo descritas.

III – 1 – DO VEÍCULO 01: Trata-se do auto Ônibus de placas OGD - 7564- PB, de cor amarela, ano de fabricação e modelo 2013/2013, chassi de Nº 93PB54M10DC046680, licenciado em nome da Prefeitura Municipal de Campina Grande – PB, conduzido por ocasião do Acidente de trânsito em tela pelo condutor Jeová Araújo Cabral, portador do RG. Nº 479.052 – SSP/PB, CNH. Nº 00841275033, cat "AD", **vide fotos de Nºs 03, 04, 05, 11, 45 e 46.**

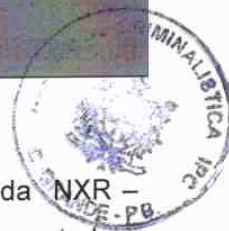
O veículo acima descrito e envolvido no sinistro em tela, encontrava-se parado na posição diagonal sobre o asfalto da Rodovia Estadual que liga a BR-230 ao Distrito de Galante, Campina Grande – PB, no local denominado de Sítio Tatu, próximo a uma ponte ali existente, no sentido de trânsito BR-230/Distrito de Galante, com o setor traseiro sobre a faixa de trânsito esquerda e central da Rodovia, isto é, na sua contra-mão de trânsito e o setor dianteiro sobre a faixa de trânsito direita, sua mão de direção, com a roda dianteira direita sobre o veículo V-2-Motocicleta de placas MMV – 7617 – Itatuba – PB, **vide fotos de Nºs 01, 02, 03, 07, 0712, 14, 15, 17 e 21.**

O veículo Ônibus apresentava por ocasião da realização dos Exames Técnicos Periciais ponto de impacto no setor dianteiro direito e as avarias abaixo descritas, produzidas por ocasião da colisão do referido setor com o setor dianteiro do veículo Moto Honda de placas MMV – 7617 - PB, a saber:

+ **Quebramento** do Parabrisa e do pára-choque dianteiro, lado direito, **vide fotos de Nºs 09, 10, 11, 14, 16 e 18**

+ **Amassamento** do suporte do farol direito, **vide fotos de Nºs 09, 10, 11 e 18;**





III – 2 – DO VEÍCULO 02: Trata-se do veículo Moto Honda NXR – 125, de placas MMV – 7617 – Itatuba / PB, de cor azul. Não foi apresentado a equipe Técnica Pericial por ocasião da realização dos Exames Técnicos Periciais documentação do veículo Moto em tela e nem do seu respectivo condutor. De acordo com informações contidas no Requerimento acima mencionado, o referido veículo era conduzido por ocasião do Acidente de Tráfego em tela por Severino Alcides Luna da Silva (vítima), portador do RG. Nº 2.042. 015 – PB e CNH Nº 05080489588, Cat. AB e que o mesmo havia sido socorrido para um dos Hospitais de Campina Grande – PB, **vide fotos de N°s 14, 15, 16, 17, 21, 22, 30 e 33.**

O veículo Moto Honda acima descrito e envolvido no sinistro em tela, encontrava-se deitada (caída) sobre o asfalto da faixa direita de tráfego, no local denominado de Sítio Tatu, próximo a uma ponte ali existente, no sentido de tráfego BR-230/Distrito de Galante, com o setor inferior voltado para baixo do veículo Ônibus; com o setor superior voltado para margem da Rodovia; o setor traseiro voltado para o Distrito de Galante e o dianteiro voltado para a BR-230 e com parte da roda dianteira sob o pneu dianteiro direito do veículo Ônibus, **vide fotos de n°s 09, 11, 14, 15, 16, 17, 20, 21, 22, 30 e 31.**

O veículo Moto Honda de placas MMV – 7617 – PB, apresentava por ocasião da realização dos Exames Técnicos Periciais ponto de impacto no setor dianteiro e avarias abaixo descritas, produzidas por ocasião da colisão do referido setor com o setor dianteiro direito do veículo Ônibus de placas – OGD – 7564 / PB, a saber:

+ **Danos totais** no setor dianteiro (frontal), **vide fotos de N°s 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32 e 33.**

+ **Quebramento** das carenagens laterais e da lanterna traseira esquerda, **vide fotos de N°s 16, 17, 20, 22, 23, 24, 25 e 26.**





+ **Amassamento** total da roda dianteira e dos pedais, **vide fotos de N^{os} 15, 17, 21, 23, 24, 25, 26 e 34.**

Foi observado que havia um capacete de cor cinza colocado no punho direito do veículo Moto, juntamente com um par de Tênis na cor preta, **vide fotos de N^{os} 13, 14, 17, 19, 22, 27, 28, 29 e 36.**

Ambos os veículos e objetos encontrados no local, foram entregues ao 3º Sargento Adriano, presente in loco por ocasião da realização dos Exames Técnicos Periciais, após o término dos mesmos, através de recibo assinado.

IV – DOS VESTÍGIOS: Por ocasião da realização dos Exames Técnicos Periciais, realizados no local e data já mencionados, foi observado a **presença de marcas de frenagens** deixadas sobre o asfalto da faixa de tráfego esquerda, pelos pneus esquerdos do veículo Ônibus e na faixa de tráfego direita, deixadas pelos pneus direito do referido veículo, ambas de forma descontínuas e no sentido da esquerda para a direita, isto no sentido de tráfego BR-230 / Galante, medindo aproximadamente cinco metros cada frenagem, incluindo os trechos descontínuos e três metros o último trecho contínuo de cada marca, **vide fotos de N^{os} 03, 04, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43 e 44.**

Foi observado também o péssimo estado de conservação do asfalto da Rodovia Estadual em tela, no local onde aconteceu o sinistro, objeto direto deste Laudo, com presença de várias depressões (buracos) provocadas pela ação do tempo, **vide fotos de N^{os} 01, 02, 05, 06, 37 e 38**

V - PONTO DE IMPACTO: Considerando o posicionamento dos veículos sinistrados (Ônibus e Moto), como também os vestígios assinalados (marcas de frenagens), levam esta perita signatária a entender que o **ponto de**





impacto se deu sobre a faixa de tráfego direita da PB – 100, na localidade denominada de Sítio Tatu, Distrito de Galante, Campina Grande – PB, no sentido de tráfego BR-230 / Distrito de Galante – PB.

VI – DINÂMICA DO ACIDENTE DE TRÁFEGO: Considerando os elementos técnicos materiais analisados no local, como topografia; vestígios assinalados; posicionamento, ponto de impacto e avarias dos veículos sinistrados, esta perita signatária entende e descreve uma breve dinâmica do acidente de tráfego com vítima, ocorrido no local e data acima mencionados:

Que o acidente de tráfego em tela ocorreu no dia 29/09/2014 (vinte e nove de Setembro) de dois mil e quatorze), sobre a faixa direita da Rodovia Estadual Nº 100, na localidade denominada de Sítio Tatu, Galante, Campina Grande - PB, no sentido de tráfego BR – 230 / Distrito de Galante – PB, e que o trecho da Rodovia em tela apresentava asfalto rodado em péssimo estado de conservação, com ausência de **sinalização horizontal e vertical**.

Que o veículo Ônibus de placas OGD – 7617-PB, envolvido no sinistro em tela, pelo seu condutor, o Sr. Jeová Araújo Cabral, trafegava pela PB – 100, no sentido de tráfego BR – 230 / Distrito de Galante, Campina Grande – PB e ao se aproximar do trecho situado no Sítio Tatu, provavelmente para desviar as muitas depressões (buracos) existentes na camada asfáltica, procedeu manobra para a esquerda e trafegava pela faixa de tráfego esquerda (contra-mão), **momento** em que o veículo Moto Honda de placas MMV – 7617 – Itatuba / PB, que trafegava em sentido contrário de tráfego e pela sua mão de direção, isto é, Distrito de Galante / BR – 230, ao se aproximar do local em tela e observar que o veículo Ônibus trafegava em sentido contrário de tráfego pela contra-mão, **procedeu** manobra para a sua esquerda (faixa de tráfego esquerda), **com objetivos** de evitar colidir de frente com o veículo Ônibus, **momento** em que o mesmo (veículo ônibus) também procedeu manobra para





a referida faixa de tráfego, mão de tráfego do mesmo e contramão para o veículo Moto, provocando dessa forma a colisão entre ambos os veículos sinistrados, resultando nas avarias de ambos os veículos e nos ferimentos do condutor do veículo Moto, que fora socorrido para um dos Hospitais de Campina Grande – PB.

VII – CONCLUSÃO: Diante do exposto no corpo deste laudo, esta perita signatária conclui que houve Acidente de Tráfego – colisão, ocorrido no local e data acima mencionados, resultando nas avarias dos veículos sinistrados Ônibus Escolar de placas OGD -7564 – PB, cor amarela e Motocicleta Honda NXR – 125, de placas – MMV - 7617, cor azul e nos ferimentos do condutor do veículo Moto, o Sr. Severino Alcides Luna da Silva, nas formas e circunstâncias anteriormente descritas.

Conclui ainda esta Perita Signatária que a causa do Acidente de Tráfego em tela é de **responsabilidade do condutor do veículo V1 - Ônibus Escolar de placas – OGD - 7564 – PB, o Sr. Jeová Araújo Cabral**, que por falta de atenção e percepção, invadiu a faixa de tráfego do veículo V1 – Motocicleta Honda de placas MMV – 7617 por duas vezes e interceptou a passagem do mesmo, provocando avarias em ambos os veículos e ferimentos no condutor do veículo Moto, nas formas e circunstâncias anteriormente descritas.

ANEXO: 46 (quarenta e seis) fotografias devidamente numeradas




OCORRÊNCIA Nº 0780/2014 - LAUDO Nº760/2014

Nada mais a mencionar, encerro o presente Laudo, que redigido e
manuscrito pelo primeiro Perito Signatário, segue assinado e rubricado.



Campina Grande, 10 de Setembro de 2014


Dr.ª Maria José de Q. Cantalice
Perita Oficial Criminal
Mat. 135.489-9



OCORRÊNCIA Nº 0780/2014 - LAUDO Nº760/2014





Estado da Paraíba
Prefeitura Municipal de Campina Grande-PB
Secretaria de Saúde do Município
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SAMU Regional 192-CG



DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins de direito, que o SAMU 192-CG prestou atendimento pré-hospitalar ao paciente **Severino Alcides Lima**, vítima de acidente de trânsito, no dia 29 de setembro de 2014, End. BR 230 – Entrada de Galante, aproximadamente às 12h04min, sendo o paciente atendido e encaminhado ao Hospital de Urgência e Trauma.

Campina Grande, 02 de Outubro de 2014.



Deoclecio Francisco da Nascimento
Coordenador Administrativo

SAMU 192 (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência)
Rua: Almeida Barreto, 428 São José CEP: 58400-328 Campina Grande-PB
Fone: (83) 3322-5207 / 3322-5191





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luís Gonzaga Fernandes

ATESTADO

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(A) SR.(A): Severino Alves

DA SILVA.

PORTADOR(A) DA CARTEIRA PROFISSIONAL Nº. _____

SÉRIE _____ ESTEVE **INTERNADO(A)** NESTA UNIDADE HOSPITALAR SUBMETENDO-SE A
TRATAMENTO ESPECIALIZADO DE ENTIDADE NOSOLÓGICA DE Nº. _____ NO CID. DURANTE
O PERÍODO DE _____ A _____ NECESSITANDO DE
45 DIAS DE AFASTAMENTO DE SUAS ATIVIDADES.

Campina Grande, 29 / 10 / 14.

Ass. do Médico - Nº. do CRM _____

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o
Dr., _____ a registrar o diagnóstico
codificado CID ou por extenso neste atestado médico

Ass. do Paciente ou Responsável _____

MOD. 060





**HOSPITAL
ANTONIO TARGINO**

O HOSPITAL DO ACIDENTADO

RUA DELMIRO GOUVEIA, 442 - CEP 58107-735 - FONE 083 341-3295 FAX 083 341-4112
CAMPINA GRANDE - PB - CNPJ: 08.834.157/0001-13
WWW.HATCOM.BR

ATESTADO MÉDICO

Atesto para devidos fins que, Severino
Aleides Luna da Silva, portador da
carteira profissional Nº 1, esteve
internado nesse nosocômio de 06/11/14 a
08/11/14 necessitando de 60 dias
dias de afastamento de suas atividades
a partir desta data por
motivo de doença. Osteossítease de
C.I.D.: S.720 Femur direito
Campina Grande, 20/11/14

Ass. Médico - Dr. Aristóteles Queiroz Neto

CRM 6811 / 12837
CIR. ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
Dr. Aristóteles Queiroz Neto






GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernandes

ATESTADO

ATESTAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O(A) SR.(A): SEVERINO ALVES
LIMA DA SILVA PORTADOR(A) DA CARTEIRA PROFISSIONAL Nº. _____
SÉRIE _____ ESTEVE **INTERNADO(A)** NESTA UNIDADE HOSPITALAR SUBMETENDO-SE A
TRATAMENTO ESPECIALIZADO DE ENTIDADE NOSOLÓGICA DE Nº. 5720/5820 NO CID. DURANTE
O PERÍODO DE 29/09/2014 A 05/11/2014 NECESSITANDO DE
_____ DIAS DE AFASTAMENTO DE SUAS ATIVIDADES.
Campina Grande, 12/12/2014


Ass. do Médico - Nº. do CRM _____
Dr. Ingrid Aparecida Lobo
Cirurgiã de Rins e Urologia
Méd. 460.9473 - CRM 7499

AUTORIZAÇÃO

Eu, _____ autorizo o
Dr., _____ a registrar o diagnóstico
codificado CID ou por extenso neste atestado médico

Ass. do Paciente ou Responsável _____

MOD. 060





ITATUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA

RECEITUÁRIO

Paciente: _____

Endereço: _____

Laudos médicos

O Sr. Severina Alades Lourenço da Silva, foi submetido a cirurgia de fratura de fêmur após trauma em novembro. Atualmente acamado, não tem condições de deambular e elegu sua esposa Edivalva Almeida da Silva como sua representante legal.

JOÃO VILSON ALVES
Médico do Trabalho
CRM 10.123/4567
12/12/2018

R 23112114



SUS "Saber ouvir e examinar sem pressa, clareia o diagnóstico"



CIRUR. BUCO-MAXILO-FACIAL

CIRURGIA GERAL

CIRURGIA PLÁSTICA

CIRURGIA TORÁCICA

CIRURGIA VASCULAR

CIRURGIA COM VIDEO

CLÍNICA MÉDICA

ELETRORRADIOLOGIA

ENDOSCOPIA

NEFROLOGIA

NEUROCIRURGIA

ORTOPEDIA

OTORRINOLARINGOLOGIA

RAIO X

STENT

TRAUMATOLOGIA

UROLOGIA

ANGIOGRAFIA DIGITAL

ANGIOPLASTIA

BRONCOFIBROSCOPIA

ENDOSCOPIA

ELETRORADIOLOGIA

TOMOGRAFIA C-MP

UTI MÓVEL

LADO médico

*Paciente feminino
Márcia Lúcia da Silva
grávida a
osteotomia de
fêmur direito
decorrente de acidente
de moto. no momento
17 meses de evolução
com fêmur em
consolidação e em
tratamento fisioterápico*

MELHORE SUA LETRA

Uma má interpretação pode trazer prejuízos ao paciente.

Dr. Luciano Guedes Borges
COP 035.00003451-0

Rua Delmiro Gouveia, 442 / Centenário / Campina Grande / Paraíba
CEP 58428-016 / Fone: (83) 2102.0101 / www.hat.com.br



Declarar (Lendo) :

CIRUR. BUCO-MAXILO FACIAL

CIRURGIA GERAL

CIRURGIA PLÁSTICA

CIRURGIA TORÁXICA

CIRURGIA VASCULAR

CIRURGIA COM VIDEO

CLÍNICA MÉDICA

ELETRDENCEFALOGRAMA

ENDOSCOPIA

NEFROLOGIA

NEUROCIRURGIA

ORTOPEDIA

OTORRINOLARINGOLOGIA

RAIO X

STENT

TRAUMATOLOGIA

UROLOGIA

ANGIOGRAFIA DIGITAL

ANGIOPLASTIA

BRONCOFIBROSCOPIA

ENDOSCOPIA

ELETRCARDIOGRAMA

TOMOGRAFIA CMP

UTI MÓVEL

O Paciente Severino Valcides
incomunicado do Tiquaque
feito cirurgia de mandí-
bula, apresentando do-
res na região orbitária
esquerda, com limitação
de abertura. O mesmo
compareceu ao Hospital
Antônio Targino para
realização de raio X, re-
queixando de dores, po-
rém não foi detectada
(nenhuma fratura). Foi
prescrito medicação e re-
tenção alguns obser-
vações durante este a-
fastamento do Paciente.

MELHORE SUA LETRA

Uma má interpretação pode trazer prejuízos ao paciente

Dra. Rafaela Brito

CIRUR. BUCO-MAXILO
CRO 4822

Rua Delmiro Gouveia, 442 / Centenário / Campina Grande / Paraíba
CEP 58428-016 / Fone: (83) 2102.0101 / www.hat.com.br



Caro: Valério
Lima

Solicito

Ativo - 30 dias
H.D. - 08/08/2018
DE FEMINA

[Assinatura]
Valério Lima

Melhor sua letra
Uma má interpretação pode trazer prejuízos ao paciente
Uma campanha da Ouvidoria da SES-PB e do Hospital Antonio Targino
Fone da Ouvidoria da SES/PB - 0800835000





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA

NÚCLEO OPERACIONAL DE MEDICINA E ODONTOLOGIA LEGAL/CG

BR 230, km 165,5, Alça Sudasidoro, Campina Grande/PB

LAUDO TRAUMATOLÓGICO

Ferimento ou Ofensa Física

C. 917416

C:

Laudo: 03.03.06.062016.02174

Data do exame: 08/06/2016 Hora 09:21

Órgão Requisitante: Del. Especializada de Acidentes de Veículos. Campina Grande/PB. Nº da Solicitação: 067/2015. Autoridade Solicitante: BEL.: ELLEN MARIA FERREIRA DE SOUSA LIMA. Nome: SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA, Sexo: Masculino. Data de Nascimento: 158/02/74 COM 40 ANOS. Profissão: ELETRICISTA. filho(a) de ANTONIO VENANCIO DA SILVA e CICERA DA LUNA DA SILVA. Estado civil: CASADO(a). Naturalidade: ITATUBA/PB. Residente na EUSTAQUIO VALENTE 131 CENTRO ITATUBA/PB. Telefones:

HISTÓRICO Periciado comparece por acidente de trânsito (colisão moto/ônibus) no dia 29/09/2014 na BR 230.

DESCRIÇÃO Ao exame, periciado encontra-se falando normalmente, com perda da visão do olho direito em 90 % (noventa por cento), enxergando apenas vultos em pequenas distâncias, mantendo a visão normal do olho esquerdo, houve perda de memória e declínio cognitivo desde o acidente, redução da deglutição ingerindo apenas alimentos pastosos e líquidos com risco de broncoaspiração por dor na mandíbula desde a fratura ocorrida no acidente, redução de 30 % (trinta por cento) dos movimentos do membro superior esquerdo, o qual apresenta também hipotrofia, com redução da força deste membro por fraturas de costelas que comprimiram o plexo braquial esquerdo, não deambula por perda da força motora no membro inferior direito por fraturas do fêmur e patela direita onde há quatro cicatrizes longitudinais hipertróficas e normotróficas de 7 cm, circundadas por cicatrizes circulares causadas pelo fixador externo durante as fraturas expostas, há ainda outra cicatriz de 7 cm longitudinal hipertrófica hipotrófica na face anterior da perna direita com edema residual moderado. Traz cópia de prontuário do Hospital de Emergência e Trauma, bem como atestados médicos comprovando o acidente com Traumatismo Craniano, Fraturas de face e de membros. Faz uso de anticonvulsivantes e acompanhamento com psiquiatra. Realizou fisioterapia motora. Apresenta os CIDS F03 DEMÊNCIA NÃO ESPECIFICADA, S06 TRAUMATISMO INTRACRANIANO, S72.3 FRATURA DA DIÁFISE DO FÊMUR, S 82.0 FRATURA DA PATELA e T90.2 SEQUELAS DE FRATURAS DO CRÂNIO E OSSOS DA FACE. Apresenta ao exame facial cicatrizes em regiões frontal, peribucal e bucinadora, normocrômicas e normotróficas, uma outra em região submentoniana hipertrófica e hipertrofica medindo 8,0 cm, é portador de atestado médico que diz que o periciado se submeteu a cirurgia de mandíbula pela cirurgia bucomaxilofacial dra. Rafaela Brito CRO 4622. Ainda apresenta limitação de abertura bucal.

QUESTITOS

- 1º. Há ferimento ou ofensa física? SIM.
- 2º. Qual o meio que o ocasionou? CONTUNDENTE.
- 3º. Houve perigo de vida? SIM.
- 4º. Resultou debilidade permanente de membro, sentido ou função? SIM, HOUVE PERDA PERMANENTE DA FUNÇÃO COGNITIVA E MEMÓRIA EM 50 % (CINQUENTA POR CENTO), HOUVE PERDA DA VISÃO DO OLHO DIREITO EM 90 % (NOVENTA POR CENTO), REDUÇÃO DA FUNÇÃO DIGESTÓRIA EM 30 % (TRINTA POR CENTO) PELA NÃO INGESTÃO DE SÓLIDOS APENAS PASTOSO E LÍQUIDO, REDUÇÃO DE 30 % (TRINTA POR CENTO) DOS MOVIMENTOS E FORÇA DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO, AUSÊNCIA DE DEAMBULAÇÃO COM PERDA DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO INFERIOR DIREITO EM 100 % (CEM POR CENTO).
- 5º. Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias? SIM.
- 6º. Provocou aceleração de parto? PREJUDICADO.

Matrícula: 157.384-5

Perito(a)





CLIPSI

Reconhecido pelo UNICEF como
Hospital Amigo da Criança



MOD. 16

Histórico

*História para os seus filhos, que o
Dr. Sílvio Moreira Lima da Silva,
é portador de sequelas de fraturas
do corpo de fêmur, diafragma de
fêmur direitos. Limitações dos
movimentos de punção e joelho
direitos.*

C. Grande, 04.11.2016

Dr. Arlindo Carvalho
FONE: (83) 3065-8000 FAX: (83) 3065-8007
CRM 57346 (TEST 12)

Rua: Treze de Maio, 366 Centro CEP: 58400-290 Campina Grande - Paraíba
Fone: (83) 3065-8000 Fax: (83) 3065-8007
www.hospitalclipsi.com.br Email: clipsi@hospitalclipsi.com.br



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE INGÁ
1ª VARA MISTA**

PROCESSO NÚMERO - 0801142-64.2018.8.15.0201

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM (7)

ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO, ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA

Advogado do(a) AUTOR: IEDO DA SILVA MOREIRA JUNIOR - PB14683

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

Advogado do(a) RÉU:

SENTENÇA

Vistos etc.

SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA, qualificado nos autos, ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT**, igualmente qualificada, objetivando a percepção de indenização referente ao seguro DPVAT, em virtude dos traumas sofridos em decorrência de acidente automobilístico, ocorrido em 29/09/2014.

Juntou documentos.



É o breve Relatório. **DECIDO.**

Inicialmente, defiro o benefício da justiça gratuita. Trata-se ação objetivando o recebimento do seguro DPVAT.

Relata a inicial que o sinistro ocorreu no dia 29/09/2014.

O Código Civil, em seu art. 206, §3º, IX, fixa o prazo de 03 (três) anos para a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil obrigatório.

No caso presente caso, o acidente aconteceu há mais de 04 anos, porém a ação somente foi ajuizada em 28/12/2018, quando já consolidado o decurso do prazo prescricional.

Importante destacar que, ainda que se considere a ação anteriormente ajuizada (processo nº 0800605-68.2018.8.15.0201), conforme informado na inicial, a conclusão é de que ocorreu a prescrição, já que, em consulta ao sistema Pje, verifiquei que foi distribuída em 16/07/2018, ou seja, mais de 03 anos após a ocorrência do sinistro.

O art. 332, §1º, do NCPC é claro ao dispor que o juiz poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição, sendo desnecessária, na hipótese, inclusive, a citação do réu (art. 239 do CPC).

Destarte, verificada a ocorrência da prescrição, há óbice ao prosseguimento da demanda, impondo-se o reconhecimento liminar da improcedência do pedido.

ISTO POSTO, e tendo em vista o que mais dos autos consta e princípios gerais de direito aplicáveis à espécie, reconhecendo a prescrição da pretensão autoral, **JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE O PEDIDO**, com fundamento no art. 332, §1º, do CPC.

Custas suspensas, ante a gratuidade deferida.

Publicada e registrada eletronicamente.

Ingá, 24 de março de 2019



[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
RAFAELA PEREIRA TONI COUTINHO - Juíza de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
1ª Vara Mista de Ingá-PB

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

INTIMO a parte **autora** por todo conteúdo da **SENTENÇA ID 20014061**.



PETIÇÃO DO RECURSO DE APELAÇÃO EM ARQUIVO PDF
ANEXO. JUNTADA DE PROVAS TAMBÉM EM ANEXO.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA MISTA
DA COMARCA DE INGÁ – PB.**

Processo autuado sob
o N°. 0801142-64.2018.8.15.0201

SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA, já qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT), de número em epígrafe, que move em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS S/A, vem, por seu advogado in fine assinado, inconformado com a respeitável Sentença do anexo Id. 20014061, perante Vossa Excelência, para da mesma interpor

RECURSO DE APELAÇÃO

nos termos do Artigo 1.009 e seguintes do Código de Processo Civil, pelas razões que seguem acostadas, requerendo a V. Exa. se digne recebê-lo, determinando seu regular processamento e encaminhá-lo ao Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba.

Outrossim, informa que deixou de recolher as custas pertinentes ao ato por ser beneficiário da gratuidade de justiça nos termos da Lei nº 1.060/50 e conforme deferimento na sentença.

Termos em que
Pede deferimento.

Campina Grande – PB, 26 de julho de 2019.

Iêdo da Silva Moreira Junior
Insc. OAB/PB nº 14.683



RAZÕES DE APELAÇÃO

APELANTE: SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA

APELADO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS S/A

ORIGEM: Processo nº 0801142-64.2018.8.15.0201 – 1ª Vara Mista de Ingá - PB

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

ILUSTRES DESEMBARGADORES.

1. DOS FATOS

O Apelante ingressou com a presente Ação de Cobrança contra a SEGURADORA LÍDER, pessoa jurídica de Direito Privado, com o objetivo de receber o Seguro DPVAT, em virtude de acidente automobilístico sofrido em 29 de Setembro de 2014.

Com fundamentação no Art. 332, §1º do Código de Processo Civil, com a apresentação de prova documental na Petição Inicial, a ação foi julgada **LIMINARMENTE IMPROCEDENTE**, em razão da prescrição da pretensão autoral.

Tal sentença não está em conformidade com o que estabelece a Lei Civil, bem como desconforme jurisprudência predominante, razão pela qual merece reforma, conforme os fundamentos de Direito que passaremos à expor.

2. DA SUSPENSÃO EM VIRTUDE DOS PROCESSOS ANTERIORES E PEDIDO À SEGURADORA

Na sentença de 1º Grau, a Ilustre Magistrada faz menção ao fato de um processo anterior no qual o Recorrente pleiteou o Seguro DPVAT. A ilustre decisão do Juízo da Comarca do Ingá PB destaca que, “ainda que se considere a ação anteriormente ajuizada (processo nº 0800605-68.2018.8.15.0201), conforme informado na inicial, a conclusão é de que ocorreu a prescrição, já que, em consulta ao sistema Pje, verifiquei que foi distribuída em 16/07/2018, ou seja, mais de 03 anos após a ocorrência do sinistro”.

Ocorre que existe ainda outro processo anterior a este citado, ajuizado em Agosto de 2017, ou seja, ainda dentro do prazo prescricional conforme preceitua o Código Civil, em seu art. 206, §3º, IX, no prazo de 03 (três) anos para a pretensão do beneficiário contra o segurador, e a do terceiro prejudicado, no caso de seguro de responsabilidade civil



obrigatório.

No entanto, o Processo que tramitou na mesma Comarca, de Número 0800652-76.2017.8.15.0201, foi extinto, tendo sido a Petição Inicial indeferida com base no Art. 330, III do Código de Processo Civil, sob alegação de que não houve interesse de Agir em virtude de que o Autor não colacionou aos autos comprovante de Abertura de Processo Administrativo do Seguro DPVAT. Porém, em nenhum momento o Recorrente foi intimado, na época do citado processo, para apresentar prova de que havia sido feito processo junto à Seguradora, como deveria ter se certificado a Magistrada na época.

Como podemos perceber nas provas juntadas em anexo do Processo em epígrafe, documento Id. 18509607, consta o Comprovante do Procedimento junto à Seguradora Recorrida (Sinistro nº 3170059366) dando conta que o Pedido do DPVAT foi indeferido em 04 de dezembro de 2017. Portanto, isso significa dizer que havia o procedimento, ocorre que o processo judicial restou indeferido sem que fosse dada oportunidade a parte autora para apresentar comprovação de que havia dado entrada no pedido do Seguro DPVAT junto à Seguradora responsável.

Foi prejudicial ao Recorrente também o fato de que a intimação da sentença que indeferiu a petição inicial só se deu em 17 de abril de 2018, ou seja, quatro meses a prolação da sentença que extinguiu o feito.

Inclusive, segundo a Súmula nº 229 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, “**O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão**”. Tendo em vista de que houve o pedido administrativo à Seguradora Recorrida e de que só foi indeferido em 04 de dezembro de 2017, o prazo prescricional também estaria suspenso.

Pelo exposto, seria justo que os processos anteriores, a nosso ver, extintos de forma prejudicial já que não foi dada oportunidade ao autor de apresentar a prova de que havia processo administrativo, justificassem a suspensão do prazo prescricional. Bem como, suspende o prazo prescricional o pedido de pagamento de indenização junto à seguradora. Tais fatos fariam com que a pretensão autoral não estivesse prescrita quando da distribuição do presente processo.

3. DO TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO DO DPVAT A PARTIR DA VERIFICAÇÃO DA INVALIDEZ PERMANENTE

Consta nos autos do Processo em epígrafe, documento Id. 18509655, pg. 08, Laudo Traumatológico do Instituto de Polícia Científica de Campina Grande, datando apenas em 08 de junho de 2016 a verificação de invalidez permanente com base em atestados médicos do autor.

Nesse sentido, até aquele momento em 2016, não se tinha, de forma inequívoca, uma confirmação de que o Recorrente estivesse Incapacitado de forma Permanente.

Conforme previsto pela Lei nº 6.194/74, as indenizações são pagas de acordo com o dano sofrido no acidente automobilístico, compreendendo desde os casos de morte,



passando pelos casos de invalidez, chegando até as despesas que a vítima teve com assistência médica em virtude do fato. Vejamos o que diz o dispositivo legal:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009).

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Portanto, considerando o caso de Invalidez Permanente, a prescrição não pode afetar o segurado/vítima que vem a ter constatada sua invalidez apenas depois de anos do acidente automobilístico, assemelhando-se ao caso do Recorrente. Só depois do Laudo Traumatológico de 2016 é que houve uma confirmação inequívoca da existência de Invalidez Permanente.

Segundo a Súmula nº 278 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, “o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral”.

É este o entendimento da Jurisprudência dominante. Vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. CIÊNCIA INEQUÍVOCA. LAUDO MÉDICO. RECURSO REPETITIVO. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial Repetitivo nº 1.388.030/MG, consolidou o entendimento no sentido de que: “i.1. **O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez; i. 2. Exceto nos casos de invalidez permanente notória, a ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez depende de laudo médico, sendo relativa a presunção de ciência**”(EDcl no REsp 1.388.030/MG, julgado pelo rito do art. 543-C do CPC/1973, Segunda Seção, Dje de 12/11/2014). 2. Agravo interno no recurso especial não provido.

(STJ - AgInt no REsp: 1747204 PR 2018/0141655-5, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 11/02/2019, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/02/2019)

O entendimento sobre o tema em questão por parte do Tribunal de Justiça da



Paraíba, segue o que dita o STJ, considerando a ciência da Invalidez Permanente como marco inicial do Prazo Prescricional. Vejamos:

PRESCRIÇÃO. DPVAT. TERMO INICIAL PARA A CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA DEBILIDADE PERMANENTE. SÚMULA 278 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NECESSIDADE DE LAUDO MÉDICO. ENTENDIMENTO DA CORTE CIDADÃ EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. PREJUDICIAL AFASTADA. - "AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DO CARÁTER PERMANENTE DA INVALIDEZ. LAUDO MÉDICO. PRESCRIÇÃO AFASTADA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. A Segunda Seção desta Corte Especial, (Resp 1388030/MG), sob o rito dos recursos especiais repetitivos, consolidou o entendimento no sentido de que o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca do caráter permanente da invalidez. 2. O entendimento pacificado neste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o termo inicial do prazo prescricional é a data em que a vítima tem ciência inequívoca da sua invalidez que, todavia, nos termos do art. 334 do CPC/1973, não pode ser presumida. Assim, a data de emissão de laudo médico atestando a invalidez permanente é considerada como prova do referido conhecimento inequívoco. Demais conjecturas fáticas que levam à presunção deste conhecimento não são aceitas pela jurisprudência consolidada nesta Corte Superior, à exceção da invalidez notória em hipóteses como amputação de membro. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00016714020188150000, 1ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. JOSÉ RICARDO PORTO, j. em 30-04-2019)

(TJ-PB 00016714020188150000 PB, Relator: DES. JOSÉ RICARDO PORTO, Data de Julgamento: 30/04/2019, 1ª Câmara Especializada Cível)

Portanto, verifica-se que a ciência, em laudo médico idôneo do Instituto de Polícia Científica, da invalidez permanente do autor só se deu em 2016. Nesse sentido, o prazo Prescricional para o DPVAT só deveria ser contado da data do Laudo. Com isso, a pretensão do Recorrente não estaria prescrita, cabendo a instrução do feito e julgamento do mérito. E não há que se falar em Invalidez notória visto que não houve um caso de amputação de membros, por exemplo.

Além do mais, perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a Invalidez Permanente do autor só veio a ser verificada/reconhecida em fevereiro de 2019, quando foi convertido o Auxílio-doença do Recorrente em Aposentadoria por Invalidez (Número do Benefício - 626.864.534-4). Para tanto, juntamos aos autos Carta de Concessão da Aposentadoria.

4. DO PEDIDO

Por todo o articulado como também pelos princípios da proporcionalidade e



razoabilidade, deve esse Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba aplicar o entendimento jurisprudencial dominante, reconhecendo o direito do Recorrente à percepção do Seguro Obrigatório DPVAT.

Pelas razões e fundamentações expostas, com fulcro na Constituição Federal e demais normas aplicáveis, bem como os princípios gerais do Direito, requer ao Egrégio Tribunal de Justiça o **provimento do presente Recurso, para ANULAÇÃO da sentença de primeiro grau**, para que haja o devido processo e julgamento da Ação de Cobrança do Seguro DPVAT, tendo em vista que, com base nas Súmulas nº 229 e 278 do STJ, não se pode considerar prescrita a pretensão autoral, considerando a data do indeferimento do pedido junto à Seguradora e a data da verificação de Invalidez permanente.

Por derradeiro, considerando as provas dos autos a disposição dos Eminentes Desembargadores, vindo ao entendimento de que existem nos autos meios suficientes para o julgamento do feito, requer o provimento do presente Recurso, para reforma da sentença, **condenando-se a parte Recorrida no pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT por Invalidez**, uma vez que há provas que atestam a Invalidez Permanente, conforme preceitua o Art. 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74.

Por fim, que seja suspensa a exigibilidade da condenação dos honorários sucumbenciais, conforme preceitua o Artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

Termos em que pede e
espera deferimento.

Campina Grande – PB, 26 de julho de 2019.

Iêdo da Silva Moreira Junior
Insc. OAB/PB nº 14.683





PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

CARTA DE CONCESSÃO / MEMÓRIA DE CÁLCULO

SEQ: 075006
DATA: 21/02/2019

NOME		OL	NB
SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA (NIT: 1900125470-8)		13.021.030	626.864.534-4
COMUNICAMOS QUE LHE FOI CONCEDIDO APOSENTADORIA POR INVALIDEZ (32) 626.864.534-4 REQUERIDO EM 19/02/2019 COM RENDA MENSAL DE R\$ 1.175,11 CALCULADA CONFORME ABAIXO, COM INÍCIO DE VIGÊNCIA A PARTIR DE 19/02/2019 CASO NÃO TENHA FEITO OPÇÃO PELO CRÉDITO EM CONTA CORRENTE OU POUPANÇA, COMPAREÇA A PARTIR DE 12/03/2019 NA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA INDICADA ABAIXO, MUNIDO, OBRIGATORIAMENTE, DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO APRESENTADO NO ATO DO REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO. OS CRÉDITOS SUBSEQUENTES SERÃO EFETUADOS NO 4 DIA ÚTIL DE CADA MÊS			
ORGÃO PAGADOR/AGÊNCIA BANCÁRIA 527404 - BRADESCO - PAA ITATUBA RUA JOSE AUGUSTO DE ANDRADE, S/N CENTRO VIA SEGURADO			
Edison Antonio Costa Brito Garcia Presidente do INSS			
CÁLCULO DE BENEFÍCIOS SEGUNDO A LEI 9876, DE 29/11/1999 (ATIVIDADE PRINCIPAL)			
DATA	SALÁRIO	ÍNDICE	SAL. CORR
01/2019	1.136,15	1.0343	1.175,11
OBS: CONCESSÃO COM BASE NO BENEFÍCIO ANTERIOR NÚMERO DE DEPENDENTES : 00 TEMPO DE SERVIÇO : 15 GRUPOS DE 12 CONTRIBUIÇÕES NÚMERO DO BENEFÍCIO ANTERIOR : 621.870.107.0 VALOR DO SB ANTERIOR : 1.136,15 DIA ANTERIOR : 00/00/0000 ESPÉCIE ANTERIOR : 00 VALOR DO SB CORRIGIDO : 1.175,11 RENDA MENSAL INICIAL (EM: R\$) (0,00 X 1,000) 1.175,11			
*** NÃO HOUVE GERAÇÃO DE CRÉDITOS ATRASADOS DE ANO ANTERIOR ***			
*** NÃO HOUVE GERAÇÃO DE CRÉDITOS ATRASADOS ***			
DISCRIMINATIVO DE CRÉDITOS DO MÊS			
02/2019	REND. MENSAL	470,04	AD ARRED CRE 0,41 COMPL. NEG. 356,45

Impresso pela Dataprev

FORM: CONS3A





PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
Agência da Previdência Social



Local:

Código: 13021040

APS TIRADENTES CAMPINA GRANDE

Certifico para os fins previstos no parágrafo 1º do art. 4º da Lei Complementar nº 26 de 11/09/75, Lei nº 6.858 de 24/11/80, e parágrafo único do art. 1º do decreto nº 85.845 de 26/03/81, que foi concedida a... **APOSENTADORIA INVALIDEZ PREVIDENCIARIA** requerida em: 19/02/2019

Nome do Segurado: SEVERINO ALCIDES LUNA DA SILVA

Doc. Identidade: 2042015 SSP PB

Nº do Benefício: 32/6268645344

PIS/PASEP: 1.900.125.470-8

CPF: 000.000.000-00

Último Empregador: VIDE CTPS

CNPJ:

DEPENDENTE

Nome	Qualidade	Data do Nascimento
XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	00/00/0000
XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	00/00/0000
XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	00/00/0000
XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	00/00/0000
XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	00/00/0000
XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	00/00/0000
XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX	00/00/0000

Esta Certidão tem efeito para levantamento de valores correspondentes a:

- a) PIS - Programa de Integração Social
- b) PASEP - Programa de Formação do Patrimônio de Servidor Público
- c) FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
- d) Quantias devidas pelo empregador a seu empregado em decorrência de relação de emprego
- e) Restituição de Imposto de Renda
- f) Saldos de contas bancárias, cadernetas de poupança, fundo de investimento, até 500 Obrigações do Tesouro Nacional e desde que não existam, na sucessão, outros bens sujeitos a inventário.

Local e Data: CAMPINA GRANDE, 10/04/2019

Func Matr e Rubrica

Rosiane Amorim
Agência Seguro Social
INSS
Matr 1784097

Ass. Chefe de Benefício ou Substituto

Marcus V. Braga de Azevedo
GERENTE DA APS
CAMPINA GRANDE - TIRADENTES
Matr 1684820



Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Mista de Ingá

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801142-64.2018.8.15.0201

DECISÃO

Vistos, etc.

Da análise dos autos observa-se que interposta apelação da sentença de improcedência contida no Id. 20014061.

Com a devida vênia da decisão que vier a ser proferida pela instância superior, entendo que o *decisum* atacado sustenta-se pelos seus fundamentos fáticos e jurídicos.

ISTO POSTO, **mantenho integralmente a sentença proferida.**

Nos termos do art. 332, parágrafo 4º, determino a **citação do réu** para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação apresentado pelo autor, no prazo de 15 (quinze) dias.

Decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, **remetam-se** os autos à Superior Instância, a quem compete fazer o necessário juízo de admissibilidade da peça (art. 1.010, §3º, do CPC).

Cumpra-se.

INGÁ, data e assinatura eletrônicas.

Juiz(a) de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
1ª Vara Mista de Ingá-PB

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

INTIMO o apelado para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação, no prazo de 15 (quinze) dias.

